



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n2>

ISSN 2177-2940
(Online)

A2

ISSN 1415-9945
(Impresso)

O valor das humanidades em um tempo técnico-científico

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n2.34577>

Thiago David Stadler

Doutor em História. Professor Adjunto do Colegiado de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná *campus* União da Vitória. Professor efetivo do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Pesquisador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED-UFPR). E-mail: thibastadler@gmail.com

Palavras-chave:

Ciências; humanidades; utilidade

Keywords:

Sciences; humanities; utility.

Palabras Clave:

Ciencias; humanidades; utilidad

Resumo

Neste artigo nos propomos a analisar algumas questões em torno da noção de utilidade e serventia das ditas *humanidades*. O pensar não vinculado a um pronto utilitarismo é sinônimo de inutilidade? Para responder a esta questão levantamos certos aspectos históricos que fundamentam o automático vínculo entre a utilidade e as ciências e a desvalorização dos saberes que não produzem um produto imediato. Não se trata de um manifesto contra as ditas ciências duras nem de um panegírico às humanidades. São reflexões que recolocam a questão dos estudos humanísticos como parte integrante dos saberes contemporâneos.

Abstract

The value of the humanities in a technical-scientific time

In this paper, we analyzed some issues about the notion of utility of the *humanities*. Is the thinking not attached to an immediate utilitarianism synonym of inutility? To answer this question, we present some historical aspects that found the automatic link between utility and sciences and the devaluation of the subjects that do not produce an immediate product. This is not a manifest against the hard sciences or a panegyric to humanities. These are just some reflections that reshape the issue of the humanity studies as an integrant part of the contemporary knowledge.

Resumen

El valor de las humanidades en un tiempo técnico científico

En este artículo nos proponemos examinar algunas cuestiones acerca de la noción de utilidad y empleo de las llamadas *humanidades*. ¿El pensar no vinculado a un utilitarismo eficaz es sinónimo de inutilidad? Para contestar a esta pregunta nosotros planteamos algunos elementos históricos que fundamentan la relación automática entre la utilidad y las ciencias y la desvalorización de los saberes que no producen un producto inmediato. Esto no es un manifesto contra las llamadas ciencias duras, tampoco un panegírico a las humanidades. Son reflexiones que reponen el tema de los estudios humanísticos como parte integrante de los saberes contemporâneos

Considerações Iniciais

Em nossos tempos não raros são os indivíduos ou grupos sociopolíticos que bradam hinos de louvor às ciências exaltando os versos esbravejantes que descrevem a imagem de um progresso científico contínuo. Tomados por uma amnésia crônica esquecem-se de um passado recente em que muitas apostas foram feitas nesta mesma direção e os resultados não foram verdejantes como a esperança previa – o anjo de Walter Benjamin ainda se debate com o vendaval!¹ Caso o problema não seja o da amnésia pode-se falar de uma cegueira moral que desconsidera a marcha destoante do progresso científico nos diversos lugares do mundo. Já nos bastaria o aviso de Marc Ferro feito em 1998 em seu livro *As sociedades doentes do progresso* para relativizarmos os avanços rumo ao progresso globalmente unânime: “E, longe de nós, os dramas que conhecem populações inteiras (em África, no Bangladesh) testemunham que a melhoria do nível de vida dos mais infelizes (todavia possível) continua uma ilusão [...]” (FERRO, 1998, p. 13). Seja amnésia crônica ou cegueira moral o fato é que a partir deste duplo posicionamento depositam-se esperanças e anseios econômicos, políticos, sociais e culturais no berço esplêndido das ditas ‘ciências duras’.

É possível que o totem do progresso científico dos dias de hoje se construa a partir de outra divindade protetora que não mais a dos tempos de nossos avós, mas teima-se em prestar

culto a este sagrado bastião. Sagrado porque se assemelha aos maiores mitos e fantasias já construídas pela humanidade, mas diferente dos belos cantos entoados pelas *Musas* que inspiravam as férteis cabeças dos aedos antigos com frenesis ‘do que foi, do que é e do que será’ o mito do progresso científico é fundado ‘no’ e ‘pelo’ canto da própria razão. Tal razão tornou-se refém do discurso científico, das apropriações técnicas e, num espaço mais contido e não menos danoso, das ideologias. Tem-se, dessa forma, um discurso de compreensão limitado da realidade. Limite muitas vezes invisível para amplos setores da sociedade graças às encantadoras palavras das ciências e das técnicas que se apresentam como o triunfo da razão (REALE, 2009, p. 4). O poder destes tipos de discursos é tamanho que o avanço técnico científico invade o terreno ocupado pelas boas condutas morais dos envolvidos no processo de produção e estabelecimento dos avanços/verdades da ciência. Exemplo disto são os países que possuem uma profunda organização técnica da vida e, por este motivo organizacional, são exaltados como moralmente superiores àqueles países que não detêm o mesmo grau de aparelhamento técnico². Uma clara confusão entre o campo ético, o campo técnico científico, o campo político e mesmo o campo epistêmico.

Diante destes ídolos da sociedade contemporânea – ciência e técnica – as áreas de conhecimento que não se vinculam prontamente a capacidade de desempenhar certa serventia ou

1 Walter Benjamin em sua tese número nove do texto *Sobre o conceito de história* pensou o progresso como um vendaval que arrastava o anjo da história: “[...] Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval” (BENJAMIN, 2012, p.14).

2 Um caso recente desta discussão aconteceu no mês de julho de 2015 quando o filósofo alemão Jürgen Habermas criticou a postura da Chanceler alemã Angela Merkel à respeito dos acordos de austeridade impostos à nação grega. A Alemanha notadamente goza do prestígio de ser considerada uma nação com profunda organização técnica científica (com olhos na perspectiva do Progresso), mas, de acordo com Habermas, o governo alemão apostou todo o capital político de meio século em manobras contrárias à sensibilidade política e com traços de punição econômica. Desse modo, vemos a fragilidade em vincular organização técnica à boa conduta moral.

em satisfazer dadas necessidades ou desejos humanos imediatos são marginalizadas ou compreendidas como um substrato social – mais para resíduo do que para fundamento³. O imperativo da prática pela prática sufoca momentos de discussão necessários para a elaboração de boas ideias que, quiçá, tornar-se-iam fundamentos de ações. Desse modo, cria-se utilidade para tudo. Aplicam-se ideias quaisquer em situações quaisquer. Filosofia se transforma em Autoajuda; História se transforma num depósito de lições e curiosidades úteis para o uso e abuso de todos; Literatura se transforma em pura diversão e entretenimento.

A força deste tipo de imposição social que exalta o ‘tudo pela prática’ fixa transformações no campo epistêmico das áreas que não pertencem às chamadas ‘ciências duras’ gerando um confronto entre prática e teoria digno das epopeias homéricas. Já que evocamos Homero eis o primeiro verso do Canto I de sua *Odisseia*: “Musas, reconta-me os feitos do herói astucioso que muito peregrinou [...]” (HOMERO, 2011), onde o ‘herói’ aparece como homem maduro, com admirável domínio de si transitando no mundo vivido e vinculado ao ato de ‘fazer’. Já as ‘Musas’, apesar de respeitadas e dotadas de grande poder, limitam-se ao ato de ‘contar’ os feitos do herói através da boca de um aedo. Nas epopeias de nossos dias a figura do herói de grande e variada experiência que se encontra irremediavelmente unido ao ato de ‘fazer’ e, por tal condição, goza do prestígio de um Odisseu, se chama ‘ciência’⁴. As Musas, ou melhor, o aedo, que se limita ao papel de ‘narrar’ os episódios vividos pelo herói, por tal condição, possui os olhos cegados como os de Demódoco,

se chama ‘humanidades’.

Talvez certo exagero recaia nestas primeiras palavras, pois sabemos que o pensamento científico não se pauta apenas no experimento/prática. Paradigmas “[...] da ética, da moral, da política, enfim, características relacionadas e inter-relacionadas ao desenvolvimento do conhecimento e aos possíveis desdobramentos e consequências que possam trazer” (FRANCELIN, 2004, p. 26-36) também são postos na mesa das ciências duras. Também entendemos que as ciências tem desempenhado um papel importante contra o utilitarismo e contra a ditadura do benefício, principalmente as ciências teóricas que também não gozam do prestígio da utilidade. Todavia, não são estas características que dão às ciências duras destaque em nossa sociedade. São as certezas científicas e os produtos materiais produzidos por estas que as distanciam dos devaneios considerados inúteis das humanidades.

Apesar do possível exagero entendemos que sugerir algumas provocações são válidas: o valor de algo repousa unicamente em sua utilidade? O pensar não vinculado a um pronto utilitarismo é sinônimo de inutilidade? É possível formular questões a respeito da utilidade das áreas de conhecimento como a filosofia, a história, as artes, a filologia, a antropologia sem impor o discurso técnico científico como fundamento da questão? Seria o método científico o único capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo? Cabe ao discurso científico encorajar a interpretação do mundo em seus aspectos subjetivos? Ou historiadores, filósofos,

3 Observamos que a mesma marginalização acontece com as áreas das ciências mais teóricas que não são fundadas pelo imediatismo, utilitarismo, etc. Contudo, nosso foco neste artigo é voltado para as áreas das humanidades.

4 Não nos ateremos na tarefa hercúlea de definir o que é a ciência, mas no caso deste artigo o termo está vinculado às chamadas ‘ciências duras’ e os pressupostos positivistas que tais ciências carregam. Estamos cientes das transformações que a Segunda Revolução Científica proporcionou em termos epistemológicos, mas neste artigo trabalhamos com a força que a herança positivista ainda exerce no todo social.

antropólogos entre outros deveriam limitar-se às indagações e respostas do funcionário miserável de Nikolai Gogól que, no ápice de sua loucura, assim escreveu em seu diário: “Não me atendem, não me veem, não me ouvem! O que lhes fiz eu? Por que me torturam? O que querem do coitado de mim? O que lhes posso eu dar? Não tenho nada” (GÓGOL, 2002, p. 48). Seguimos nosso artigo com o intuito de contextualizar, problematizar e traçar algumas respostas sobre estas tantas questões que nos perturbam.

Breves respostas e reflexões

Em meados de 2007 em uma escola pública da cidade de Curitiba enquanto o professor de História trabalhava com o assunto das Cruzadas um dos alunos rebelou-se e assim indagou: “Professor. Prá que serve estudar a história se um dia irei morrer?”. A resposta dada pelo professor foi no mesmo tom desafiador: “Independente do que você faça a morte chegará uma hora. Então a sua pergunta pode se estender a toda e qualquer circunstância que você possa imaginar: prá que serve comprar roupas; prá que serve alimentar-se; prá que serve amar; prá que serve fazer amigos; prá que serve respeitar os mais velhos; prá que serve viajar; prá que serve jogar vídeo game se, no final das contas você irá morrer?”. Fica evidente que a dúvida do jovem inquieto proporciona boas reflexões, pois para muitos a serventia, a funcionalidade e a utilidade das roupas, dos alimentos, dos amigos, do amor e da diversão estão mais bem definidas⁵. Definições frágeis é verdade, se levadas ao extremo da pergunta que envolve o morrer. “Até onde te importa isso tudo?” perguntou Atena a Telêmaco no Canto I, 225 da *Odisseia* a respeito da consciência de sua própria linhagem (HOMERO, 2011). Talvez esta fosse a questão

que o aluno tinha em sua cabeça ao perguntar sobre a utilidade da história sem, perceber com isso, que sua pergunta se estendia a toda a existência humana. Como bem afirmou Miguel Spinelli: “[...] talvez o bom da morte é que ela resolve todos os nossos problemas, mas, o ruim é que talvez podemos ficar sem ter problemas!” (SPINELLI, 2014, p. 38).

Dessa forma, ao usar o argumento da finitude da vida como legitimador da inutilidade da história percebemos que a educação fornecida pelas diversas esferas sociais arrasta os indivíduos ao encontro do utilitarismo como única resposta a todos os anseios humanos. Justamente pela reafirmação de uma educação pautada nos discursos técnico-científicos que o som grave de um martelo transmite mais utilidade do que o som harmonioso de uma sinfônica. Nesse modelo, o ferro vence o papel!

É sensato afirmar que o martelo possui um labor admirável, pois nossa intenção não é a de desmerecer a utilidade de objetos ou áreas consideradas mais funcionais, técnicas. Propomos-nos a compreender como os questionamentos sobre a utilidade, serventia e funcionalidade, típicos das ditas *ciências*, foram transferidos *ipsis litteris* para o campo das ‘humanidades’. Por mais valioso que pudesse ser não retornaremos a um dos casos mais famosos da História Antiga que versou sobre a ‘inutilidade’ de um saber especulativo, qual seja, a postura do filósofo da natureza, Tales de Mileto, que questionado sobre a inutilidade do que fazia – filosofia – utilizou seus conhecimentos para mostrar que era possível

5 Diferente do pensar dominante Théophile Gautier (1811-1872) deixou expresso que a serventia de sapatos, por exemplo, nunca seria mais fundamental que a de um belo poema: “Sem rebaixar a ilustre profissão de sapateiro, à que honro tanto como à profissão de monarca constitucional, confessarei humildemente que eu preferiria ter meus sapatos descosturados que meu verso mal rimado, e que passaria muito bem sem meus sapatos antes de ficar sem os meus poemas” (ORDINE, 2014, p. 59).

enriquecer a partir deles⁶. O retorno temporal que sugerimos é mais próximo, pois nos fixaremos em uma mudança específica na forma da construção dos conhecimentos.

Foi a partir da chamada Revolução Científica (séculos XVI a XVIII) que se instituiu um modelo de racionalidade que se opunha ao modelo propagado pelos Antigos. Os Antigos, tendo como referência principalmente os gregos, sustentavam muitas de suas explicações a partir de um modelo dedutivo fornecido pelas descobertas matemáticas de Euclides (330-260 a.C.) e pela sistematização do conhecimento realizada por Aristóteles (385-322 a.C.) – com foco no texto *Segundos Analíticos*. Contudo, com o desenvolvimento dos trabalhos de Nicolau Copérnico (1473-1545) sobre o movimento da Terra ao redor do Sol; as afirmações da supremacia da experiência de Galileu (1564-1642); as delimitações do conhecimento de Francis Bacon (1561-1626) e os trabalhos de Isaac Newton (1642-1727) que desvendam a gravitação universal têm-se um deslocamento da produção do conhecimento e de suas metodologias. Estas posturas adotadas diante do mundo físico significaram uma valorização de novos preceitos frente ao conhecimento que derivava dos Antigos. A força dos argumentos não se pautaria mais na figura de autoridade que proferia as palavras, mas no controle e discussão de todos os envolvidos no processo de construção dos saberes – o que Paolo Rossi chamou de ‘o caráter público da prova’.

As diferenças entre os Antigos e os Modernos no que tange à forma de construção dos conhecimentos - sobre a natureza, num primeiro momento, sobre o todo social, num

segundo momento - tem nas palavras de Francis Bacon (1561-1626) um bom exemplo:

[...] Se pudesse haver uma associação entre nós e os antigos, é com este gênero filosófico [a quem apraz o nada saber] que estaríamos mais ligados; pois estamos de acordo com muitos dizeres prudentes e observações feitas por eles acerca das variações dos sentidos e da falta de firmeza do juízo humano, e acerca da contenção e da suspensão do assentimento. A estes poderíamos ainda acrescentar diversos outros pontos pertinentes, a tal ponto que entre nós e eles reste apenas esta diferença: eles afirmam, sem mais, que nada se sabe, e nós afirmamos que nada se pode verdadeiramente saber pela via que até aqui percorreu a raça humana (BACON, 2008, p. 47-84).

Bacon retoma várias posturas filosóficas gregas neste curto trecho: desde a máxima socrática de nada saber; passando pela noção da prudência já contemplada desde as máximas dos Sábios gregos; até a variação dos sentidos que possuem o dom do engano. Apesar da clara retomada de preceitos gregos nota-se que Francis Bacon entendia que se até então não poderia se saber quase nada da natureza era pelo fato da via que estava em uso não ter eficácia garantida e não pelo limite do intelecto humano. Se os Antigos se contentavam em manter o não-saber como amparo filosófico para Bacon o não-saber era um estado transitório que seria superado através de um novo modelo de racionalidade. Desse modo, Bacon redireciona o modelo de racionalidade para um nível ativo e não passivo – como, para ele, seria o modelo dos

6 Quem nos deixou este testemunho foi Aristóteles em sua obra *Política*: “Dado que reprovavam a sua pobreza, o que atestava a inutilidade da filosofia, ele tirou [Tales], dizem, de suas investigações astronômicas, a conclusão de que a próxima colheita de oliva seria muito abundante; então, dado que ainda era inverno, ele aplicou o pouco de dinheiro que tinha a fim de garantir a locação de todas as prensas de Mileto e de Quio, o que conseguiu a bom preço, não havendo contra ele nenhum concorrente. Quando chegou a colheita, ocorreu uma repentina e forte demanda pelas prensas e ele as subalugou sob as condições que quis. A fortuna que daí adquiriu lhe permitiu mostrar como é fácil aos filósofos enriquecer, se assim o desejarem, mas não é nesta direção que tendem os seus virtuosos esforços” (ARISTÓTELES, 2006, I, IV, 1259a).

Antigos. A consequência deste posicionamento foi a obrigatoriedade da comprovação empírica em assuntos que envolvessem o mundo natural. Assim, não era possível acreditar nas evidências de nossas experiências imediatas, pois elas nos levavam ao engano, mas o ideal era guiar-se através do ordenamento das experiências.

Percebe-se que este tipo de racionalidade não se pautava nas verdades apontadas pela voz de autoridade que ressoava a partir dos textos da Antiguidade nem na confiança do próprio olhar – aspecto fundamental para a veracidade dos relatos na Antiguidade⁷. Pautava-se, isso sim, num sentimento de confiança/otimismo metodológico “[...] quanto a obtenção de um método de interpretação da natureza, capaz de conhecer verdadeiramente as Formas das coisas” (BACON, 2008, p. 47-84). Deste otimismo em relação a um novo método nasce a postura adotada pelos pensadores Modernos de reavaliar – e hoje diríamos descartar – várias abordagens a respeito da natureza feita pelos Antigos. Se pensarmos em termos mais radicais acerca desta revolução epistemológica e metodológica pode-se afirmar que com o advento da ciência moderna o ‘passado’ se tornou ‘ultrapassado’ (STADLER, 2014a, p.161). Todavia, é preciso esclarecer que esta mudança na forma de construir o conhecimento não significou o abandono absoluto dos Antigos, mas uma reformulação de objetos,

objetivos, problemas, métodos, etc. Alguns tipos de escritos continuaram a exercer influência – principalmente aqueles que não foram afetados pelo novo modelo de comprovação racional como, por exemplo, os livros que narravam batalhas, grandes feitos, etc⁸.

Notadamente este modelo de racionalidade sugerido a partir do século XVI esteve circunscrito ao campo das chamadas ciências naturais e não intimamente vinculado à construção de saberes no campo social. Contudo, a partir do século XVIII e com grande ênfase no século XIX o modelo de racionalidade da Revolução Científica foi inserido nas discussões que envolvem as ditas humanidades⁹. Como um vento forte que leva todas as coisas que estão ao seu redor a nova racionalidade científica gerou grandes mudanças na construção dos mais diversos conhecimentos. Para o nosso propósito duas mudanças na forma de compreender os procedimentos científicos de construção do conhecimento merecem destaque, pois foram e ainda são responsáveis por muitos equívocos ligados aos discursos sobre utilidade e serventia do conhecimento produzido pelas áreas das humanidades.

A primeira mudança na forma de conceber um tipo de racionalidade válida foi a destruição de qualquer argumento que tivesse no senso comum um ponto de sustentação. O discurso científico criou um mundo próprio em

7 Um exemplo da desvalorização dos textos de autoridade da Antiguidade a partir da emergência da Ciência Moderna é a obra *Naturalis Historia* de Plínio, o Velho. Uma das obras mais consultadas desde o século I d.C. até o século XVI como um inventário de informações úteis: zoologia, biologia, geografia, agricultura, mineralogia, arte, etc. Contudo, com a inserção de novas abordagens frente ao conhecimento da natureza tanto a obra quanto o autor foram transferidos para as prateleiras empoeiradas dos antiquários (DOODY, 2010, p.02.)

8 É verdade que Montaigne (1533 – 1592) não poupou palavras contra a falsa erudição dos homens de seu tempo: “É preciso ter rins sólidos para andar em companhia dessa gente. Os escritores sem discernimento de nosso tempo, e que em seus livros sem valor vão semeando trechos inteiros dos autores antigos para se enfeitarem, fazem o contrário; porque a infinita dessemelhança de brilho entre o que lhes é próprio e o que tomam de empréstimo dá um aspecto tão pálido, desbotado e feio ao que é deles que perdem muito mais do que ganham” (MONTAIGNE, 2001, p. 148).

9 O historiador inglês Eric Hobsbawm assim abordou esta inserção: Não foram realizações insignificantes, mas eram limitadas, ainda mais porque a coisa mais parecida com um modelo de mudança histórica, uma teoria da evolução nos moldes da biologia ou geologia, e extraíndo tanto estímulo e exemplo do darwinismo a partir de 1859, é apenas um guia muito tosco e inadequado para a história (HOBSBAWM, 2013, p. 204).

que todos os fenômenos eram passíveis de ser explicados e dominados. Desse modo, tal discurso passa a excluir o cotidiano e o indeterminado de suas prerrogativas – aportes que compõem o senso comum –, pois este modelo de racionalidade “[...] trabalha no sentido de eliminar o acaso da natureza, a contingência na história e a fortuna na ética e na política” (CHAUÍ, 1996, p. 21). Ao negar a valia dos aportes do senso comum, a ciência moderna impôs a carga do ilusório, do falso e do superficial aos conhecimentos que não passavam pelo crivo da comunidade científica. O distanciar-se do senso comum era compreendido como um passo importante para atingir um nível qualitativo nas pesquisas científicas – afastar a superficialidade, a abrangência, a flexibilidade, a espontaneidade, a evidência, etc (FRANCELIN, 2004).

A segunda mudança suscitou furiosos debates em torno da possibilidade de se construir conhecimentos a partir dos estudos humanísticos, pois estes careciam da fundamentação rigorosa das ciências naturais. Boaventura de Sousa Santos assim explica estas transformações: “Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 21).

O modelo de racionalidade aqui expresso não somente excluiu o discurso do senso comum e o discurso das humanidades do âmbito da construção de conhecimento, mas os considerou irracionais, visto a impossibilidade de tais discursos obedecerem aos princípios e

metodologias pré-concebidas pela racionalidade científica. Este modelo de racionalidade científica visava a tudo explicar, a tudo dominar e para isto era preciso afastar, ou mesmo transformar, as outras possibilidades de visão de mundo¹⁰. A maneira encontrada pelo discurso científico para realmente abandonar o senso comum e os aportes das humanidades foi a de definir a validade de seus argumentos a partir da noção de ‘conhecer é quantificar’ e da necessidade em ‘reduzir as complexidades’ – daí o papel preponderante da matemática (SOUSA SANTOS, 2010). Sendo assim, criou-se a prerrogativa que aliou quantificação à utilidade/serventia, pois toda a superficialidade do senso comum não era passível de quantificação e, do mesmo modo, as complexidades do discurso das humanidades não eram passíveis de redução. Tornaram-se inúteis os devaneios das humanidades, pois as verdades científicas assumem um aspecto límpido e mensurável através do chamado ‘determinismo mecanicista’. Se assim olharmos todo este processo veremos que o tipo de conhecimento que pode ser medido/controlado ou que produz algo palpável passa a ser, por este motivo, mais útil do que aquele que não se mede ou que não produz um efeito imediato. Este é um dos pilares que sustenta a ideia da desvalorização dos estudos humanísticos.

Como dito anteriormente, esta postura de exclusão das humanidades apresenta um *modus operandi* devedor do chamado determinismo mecanicista oriundo do século XVIII – não por acaso um pensamento que acompanhou a ascensão da burguesia. Para compreendermos esta relação entre o determinismo mecanicista e a desvalorização/inutilidade dos conhecimentos produzidos pelas humanidades destacamos três

10 Com esta postura de exclusividade o caminho tomado pelo discurso científico foi o da substituição de valores e crenças e não, necessariamente, o de exclusão: “A ciência substituiu a religião e eliminou o obscurantismo sobre os fenômenos mitológicos da história, colocando-se no lugar da religião e da história, ou seja, pregando a sua mística e a sua mitologia” (FRANCELIN, 2004, p. 26-36).

pontos:

- O pensamento derivado da Revolução Científica alçou as certezas da experiência ordenada em detrimento da incerteza da razão entregue a si mesma (no campo da Natureza);
- Para afirmar a preeminência da experiência ordenada criou-se uma dependência da linguagem matemática como tradutora do rigor mensurável. Conhecer passa a ser sinônimo de quantificar e classificar. (no campo da Natureza);
- Ao regular e controlar a produção de conhecimento gerada pela organização das experiências elaborou-se certas leis que respondiam problemas teóricos e serviam para intervir no real. (no campo da Natureza);

A partir destes três pontos chegamos a uma conclusão importante: o tipo de racionalidade exposta pelo modelo científico produz “[...] uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 31). Desse modo, o horizonte da utilidade/serventia não se vincula à compreensão da realidade, mas ao domínio e a transformação da mesma. Decorre desta afirmação a ideia forjada de que todas as áreas de conhecimento que não são transformadoras da realidade são inúteis. Entretanto, qual o erro desta ideia forjada? O primeiro erro está na noção de que ‘transformar o real’ é apenas operar no campo material e econômico deixando de lado toda a transformação gerada pelo pensamento, pela interpretação, pela percepção aguda da realidade. O segundo erro está no juízo de que o processo de transformação só se torna útil e funcional quando vinculado ao mundo externo. Logo, o tipo de conhecimento que se

propõem a transformar o próprio homem não ganha os louros da utilidade e funcionalidade. Este é outro pilar que sustenta a ideia da desvalorização dos estudos humanísticos, uma vez que o conhecimento produzido pelas humanidades está justamente vinculado à profunda ‘compreensão da realidade’ e a ‘transformação do próprio homem’.

Uma vez admitido que um viés da utilidade e funcionalidade das humanidades é visto a partir das noções de compreensão da realidade e de transformação da consciência surgem respostas para as nossas questões iniciais: A educação ‘transforma’ o cidadão. O conhecimento das humanidades desnatura as relações historicamente construídas entre os homens, suas instituições e cultura. A compreensão da realidade faz com que o indivíduo compreenda o vínculo entre passado, presente, futuro. A experiência humana em sua vivência temporal acompanhada de reflexões sobre essa mesma experiência ‘transforma’ o indivíduo e a sociedade. A compreensão da realidade apresenta as noções de permanência e transformação como eternas partícipes da formação humana. O conhecimento produzido pelas humanidades torna o homem cômico “[...] de que a sua condição presente sempre foi em parte um produto de escolhas especificamente humanas, que poderiam, portanto, serem mudadas ou alteradas pela ação humana exatamente neste grau” (MELLO, 2009, p. 611-634). Quase todas estas indicações contribuem para a formulação de utilidades/funções do conhecimento das humanidades no campo da ética. Contudo, a mesma compreensão da realidade também mostra a sua utilidade no campo epistêmico das humanidades, pois somente a partir deste olhar aguçado que se faz possível o alargamento do plantel de inquietações, problemas, questões fundamentais – também chamado de repertório tópico. Compreender a realidade levando em consideração a transformação do próprio homem traz como consequência epistemológica

a atualização de um universo conceitual conveniente às humanidades.

Sendo assim, algumas das questões do início de nosso artigo ressurgem neste momento: o pensar não vinculado a um pronto utilitarismo é sinônimo de inutilidade? Uma vez compreendida as distinções feitas anteriormente entende-se o motivo para esta resposta ser negativa. Todavia, com grande astúcia, Nuccio Ordine (2014) ponderou sobre esta questão em seu livro intitulado *La utilidad de lo inútil* explicitando um dos porquês desta questão ainda persistir vividamente em nossa sociedade:

[...] em nome de um exclusivo interesse econômico, mata-se de forma progressiva a memória do passado, as disciplinas humanísticas, as línguas clássicas, o ensino, a livre investigação, a fantasia, a arte, o pensamento crítico e o horizonte civil que deveria inspirar toda atividade humana. No universo do utilitarismo, conseqüentemente, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que uma poesia, uma chave inglesa mais que uma pintura: porque é fácil assumir a eficácia de um utensílio enquanto que resulta cada vez mais difícil entender para que possam servir a música, a literatura ou a arte (ORDINE, 2014, p. 12).

Eis a vitória do ferro e a derrota do papel! É imprescindível atentarmos para a dificuldade de se compreender um pensamento como o de Nuccio Ordine sem quebrar o vínculo inquebrável entre o útil e o rentável – outro pilar que sustenta a desvalorização das humanidades em nossa sociedade. O exclusivo

interesse econômico ao ditar as regras que vinculam a utilidade ao rentável tornou possível a supressão da história, da filosofia, da sociologia e da arte em discussões que outrora eram dominadas pelas humanidades como, por exemplo, a política. Como bem afirmou Iain Mackenzie em seu livro *Política: conceitos-chave em Filosofia* “[...] pensar política é participar de um diálogo que perpassa mais de dois mil anos. Participar desse diálogo é compreender que a política não se restringe a querelas político-partidárias” (MACKENZIE, 2011, p. 10). Bem sabemos que atingir tal ânimo político exige a ativa participação da história, da filosofia, da sociologia, etc., ou seja, o envolvimento de áreas consideradas inúteis, num campo em que a utilidade é medida pela rentabilidade. Desse modo, os saberes que não se ordenam em função da rentabilidade e em torno de questões não utilitaristas são considerados falhos¹¹, pois, através da perspectiva científica, compreender as situações que abrangem o subjetivo do humano, aquilo que não é quantificável ou rentável, torna-se irrelevante.

Outro ponto proposto no início de nosso artigo que não passará incólume: é possível formular questões a respeito da utilidade das áreas de conhecimento como a filosofia, a história, as artes, a filologia, a antropologia sem impor o discurso técnico científico como fundamento da questão? Novamente a resposta é positiva. Se retirarmos noções como ‘dominação, quantificação e rentabilidade’ como determinantes da utilidade e, no lugar destes, inserir noções como ‘compreensão, educação, consciência, ampliação

11 Alguns autores situam tal problema na crescente separação entre os chamados homens de ação e os ditos intelectuais: “Quando reparamos no panorama político de nossos dias uma dolorosa marca nos é exposta: a progressiva separação entre os indivíduos de ação e àqueles que outrora eram chamados de intelectuais. Um dos motivos desta separação repousa nas cansativas discussões sobre as distinções entre teoria e prática que invadiram nossos dias e foram suficientemente eficazes para nublar os reais problemas enfrentados no âmbito da política. Se de um lado evoca-se a 11ª tese de Karl Marx com a ânsia e a exigência de transformar o mundo, do outro lado a postura é a de que toda transformação exige um forte pensar fundador e a correlata compreensão de mundo para, posteriormente, transformar, dominar, alterar, agir. Constrói-se um cabo de forças em que a prática e a teoria tornam-se inimigas e irreconciliáveis” (STADLER, 2014b, p. 30-47).

de problemas e conceitos’ a pergunta “qual a utilidade das humanidades?” será satisfatoriamente respondida. Não é pelo fato dos fenômenos sociais não obedecerem a leis universais; de o humano modificar o seu pensamento e comportamento de modo aleatório e, pelo viés epistemológico, do pensamento estar intrinsecamente vinculado aos valores do pesquisador que o conhecimento produzido nas áreas das humanidades deve ser considerado como impreciso, inútil e sem funcionalidade.

É justamente graças à aguda ‘compreensão da realidade’ que a produção do conhecimento das humanidades baseia-se em respostas provisórias, pois é sabido que a ‘mudança’ é um partícipe ativo no desenvolvimento humano. O caráter provisório das respostas não retira a objetividade, seriedade e fundamento das reflexões feitas pelas áreas das humanidades – cômicos de que muitos dos temas trabalhados pelas humanidades são subjetivos. Ele apenas realça a vivacidade do pensamento humano e, por este motivo, aponta para a dificuldade de reduzir a vida vivida à sistematização¹². Assim sendo, o reforço do discurso científico o qual alia objetividade-verdade e subjetividade-mentira apenas contribui para a percepção de inutilidade das humanidades¹³. O problema deste tipo de raciocínio é desconsiderar a possibilidade de um argumento ser extremamente objetivo, mas mentiroso. Como bem expôs Jaume Aurell (2008) em seu texto *Los grandes relatos, el fin de la historia y la historiografía reciente*.

Tendemos a identificar subjetivismo e imaginação com ficção, sem nos dar conta de que ficção é uma categoria relacionada com a realidade, não com as outras duas dicotomias verdade-mentira e objetividade-subjetividade. Pode-se ser muito subjetivo sem abandonar em nada o âmbito do *real* (AURELL, 2008, p. 26).

Esta afirmação de Jaume Aurell é um verdadeiro incentivo ao exercício de um pensamento menos dualista, pois objetividade-subjetividade tomadas como categorias imutáveis e sem contato não respondem aos atuais problemas éticos, epistemológicos, etc. Desse modo, com o intento de romper com algumas amarras formais apresentaremos nossas considerações finais sobre ‘como pensar as humanidades numa sociedade dominada pelo discurso técnico científico’ com duas anedotas – absolutamente subjetivas, mas absolutamente vinculadas ao real.

Considerações Finais

A primeira anedota se passa numa fazenda. Conta-se que um pequeno rato entrou em desespero quando viu o dono da fazenda chegar a casa com uma ratoeira em suas mãos. O rato saiu desesperado atrás da ajuda de outros animais que viviam na fazenda. A cobra, a galinha, o porco e a vaca quando consultados pelo rato sobre que tipo de ajuda poderiam oferecer deram a mesma resposta: “esta ratoeira não tem nenhuma relação conosco. Não precisamos nos preocupar com ela, pois não tem perigo nem serventia alguma para nós. Necessitamos dominar apenas as nossas

12 Note que a validade de um sistema não deve se pautar pelo critério de antiguidade, mas pela coerência que adquire no tempo presente. Daí a aceitação de que compreender a ‘mudança’ como ponto ativo no processo histórico traz como resultado o caráter provisório das respostas e não a reprodução cristalizada de pensamentos validados unicamente pela autoridade-tempo.

13 Com a segunda Revolução Científica – principalmente, com o desenvolvimento da Teoria da Relatividade de Einstein e do enunciado do princípio de complementaridade de Bohr – a visão linear e mecanicista de mundo é posta em cheque, assim como se insere o princípio da ‘incerteza’ nos discursos científicos. Transformações que não atingiram efetivamente a construção do imaginário social, pois ainda esperam-se certezas irrefutáveis das ciências.

artimanhas e nos atentar para o nosso próprio fazer”. Naquela mesma noite o rato dormiu atormentado pela falta de companheirismo dos outros animais, mas durante a noite acordou com os grunhidos da cobra. Desatentamente e muito confiante em seu rastejar a cobra acabou presa na armadilha posta pelo fazendeiro. O rato e os outros animais não sabiam como ajudá-la naquela situação, pois nunca imaginaram ver a cobra naquele estado.

Na manhã do dia seguinte o fazendeiro foi conferir se o rato havia caído em sua armadilha, mas para o seu espanto era uma cobra que lá estava presa. Sem saber como agir naquela situação se aproximou demais do animal e a cobra ainda viva deu um bote e picou o seu pé. Fato é que o fazendeiro matou a cobra com seu facão; voltou para sua casa e pôs-se a repousar com sua esposa a lhe cuidar. Sem titubear a esposa do fazendeiro foi até o galinheiro e lá mesmo degolou a galinha para fazer um ensopado para o seu marido que se recuperava da picada da cobra. Nesta situação acharam melhor chamar o médico para cuidar do ferimento. Após a consulta o fazendeiro informou que não possuía dinheiro para pagar, mas que poderia acertar a conta com deliciosos pedaços de carne suína. Com o aceite do médico o filho do fazendeiro foi até o chiqueiro e matou o porco para pagar o honorário em pernil e miúdos. Os dias se passaram e o fazendeiro ficou curado do tormento que viveu. Em sinal de gratidão a todos àqueles que cuidaram de sua saúde, nos dias difíceis que havia passado, o fazendeiro ofereceu um grande almoço com os melhores cortes de carne oriundos da vaca de sua fazenda.

Apenas o desesperado rato sobreviveu. São diversas as interpretações que esta anedota sugere, mas elencamos uma: a importância de se pensar no todo ou, noutras palavras, a necessidade de expandir a visão de mundo. Mais do que nos preocuparmos apenas com o domínio de técnicas e com a transformação e dominação da realidade, sem o aval do pensar

(características do puro utilitarismo), devemos nos atentar à compreensão das coisas que nos cercam. Para educarmos a nossa razão torna-se imprescindível proporcionar uma visão do conjunto sem retirar a perspectiva do particular.

Com isto não propomos que as ciências ignorem a visão do conjunto relacionada com o particular, mas chamamos a atenção para a própria produção do conhecimento feita pelas humanidades. Atentar-se para esta expansão de visão de mundo faz com que as humanidades não se tornem uma atividade cultural irrelevante em si mesma. Deve-se pontuar que a proposta de inutilidade das humanidades também ganha respaldo quando se reduz seus exercícios intelectuais a meros truques sociais – ora alegrados por indivíduos que desconhecem por completo as metodologias e discussões epistemológicas das áreas das humanidades, ora pelos próprios profissionais da área. Damos espaço para as duras palavras de Julio Aróstegui (2006, p. 15):

Permitam-nos dizer que o problema da historiografia neste começo de século se relaciona sobretudo, na nossa modesta opinião, com a permanente redução da exigência em uma prática respeitável, com a trivialização, as publicações supérfluas, a história midiática, as formas de trabalho carente de ofício, a dificuldade para assumir a mudança e conseqüente renovação, [...] os falsos e os novos profetas e a história lixo.

A frivolidade, a espetacularização do conhecimento, os desmandos midiáticos, o descaso com a educação e com a formação. Estes são alguns obstáculos que somados ao modelo de racionalidade técnico científico reforçam a confusão entre utilidade e inutilidade das humanidades.

A segunda anedota faz parte de um discurso de David Foster Wallace dito para graduandos do Kenyon College, nos Estados Unidos:

Havia certa vez dois peixes jovens que

iam nadando e se encontraram por casualidade com um peixe mais velho que nadava na direção contrária. O peixe mais velho os saudou com a cabeça e lhes disse: ‘Bom dia, meninos. Como está a água?’. Os dois peixes jovens seguiram nadando por um trecho; por fim um deles olhou para o outro e disse: ‘que raios é esta tal água?’ (ORDINE, 2014, p. 29).

Esta anedota nos fala sobre a dificuldade de se compreender as coisas simples que nos cercam. Diferente da primeira anedota que nos leva a pensar sobre a importância de expandir o nosso pensamento para outros espaços e tempos, a segunda anedota nos chama a atenção para a importância de pensarmos as simples realidades que perdem toda a simplicidade quando devemos compreendê-las – não apenas transformá-las e dominá-las. Os jovens peixes viviam dentro da água todos os dias, mas não é o simples fato de viver na água que os torna conhecedores de tal ambiente. Possivelmente a mesma reflexão é importante para todos os humanos que vivem em sociedade, pois compreender a realidade que os cerca não se faz somente pelo fato de estar presente.

Daí que pensar as simples realidades também é uma das funções/utilidades das humanidades, visto que tais reflexões ajudam a escapar das “[...] equiparações fáceis e amálgamas, dos maniqueísmos e da designação de bodes expiatórios” (TODOROV, 2010, p. 21) e, por conseguinte, auxiliam na tarefa de refutar as ideias simplificadoras da realidade. Utilidade que não se exprime pelas intenções de um imediatismo, mas que nos faz crescer durante todo o processo nos tornando mais autônomos - “[...] a experiência do que

aparentemente é inútil e a aquisição de um bem não quantificável de imediato se revelam inversões cujos benefícios serão vistos na longa duração” (ORDINE, 2014, p. 81). Assim, os ditos saberes inúteis tornam-se magnificamente úteis por nos impedir de cairmos nas mesmas inclinações impensadas e nos oferecem a possibilidade de refazermos a pergunta inicial de nosso artigo: ao invés de *qual a utilidade das humanidades?* ousarmos perguntar *qual a inutilidade dos ditos saberes úteis?*¹⁴

Referências

- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.
- AURELL, Jaume. Los grandes relatos, el fin de la historia y la historiografía reciente. In: BADIA, Corti; JERIA, Moreno. LIRA, WIDOW (Ed.). *El fin de la historia*. Viña del Mar: Universidad Adolfo Ibañez/ Ediciones Altazor, 2008. p. 12-42.
- BACON, Francis. Scala Intellectus sive Filum Labyrinthi. II, 688. In: EVA, Luiz. Francis Bacon: ceticismo e doutrina dos ídolos. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Série 3, v. 18, n. 1, p. 47-84, jan./jun. 2008.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BARRETO, João (Org.). *Walter Benjamin: o anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 7-20.
- CHAUÍ, Marilena. Contingência e necessidade. In: NOVAES, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 19-26.
- DOODY, Aude. *Pliny's Encyclopedia: the reception of the Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

14 Nesta questão até mesmo os opostos concordam. Tanto Tocqueville (1805-1859) quanto Aleksandr Herzen (1812-1870) foram taxativos ao afirmar que o problema das ciências/saberes úteis é a elaboração de um projeto que nubla a inteligência humana. Para o primeiro “[...] todo método novo que leve mais rapidamente à riqueza, toda máquina que abrevie o trabalho [...] parecerá o mais magnífico logro da inteligência humana. É este principalmente o aspecto das ciências a que os povos democráticos se entregam”. Para o segundo: “[...] a vida se reduziu a um jogo similar a da bolsa de valores e tudo – as redações dos periódicos, as reuniões de eleitores e as câmaras legislativas – converteram-se em uma permanente sucessão de casas de câmbio e mercados” (ORDINE, 2014, p. 86, 88).

FERRO, Marc. *As sociedades doentes do progresso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-36, set./dez. 2004.

GÓGOL, Nikolai. *Diário de um louco*. Tradução de Nina Guerra e Filipe Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Hedra, 2011.

MACKENZIE, Iain. *Política: conceitos-chave em filosofia*. Tradução Nestor Luiz João Beck. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MELLO, Ricardo Marques. Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 611-634, jul./dez. 2009.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. São Paulo: Nova Cultural, 2001. (Coleção Os pensadores, v. 1. p. 148).

ORDINE, Nuccio. *La utilidad de lo inútil*. manifesto. Barcelona: Acantilado, 2014.

REALE, Giovanni. *Sofistas, Sócrates e socráticos menores*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010.

SPINELLI, Miguel. A arte de bem viver enquanto princípio supremo do ethós epicureu (vínculos e contrapostos entre Epicuro e Platão). In: STADLER, Thiago David (Org.). *Escritos de filosofia e política*. Curitiba: CRV, 2014. p. 11-36.

STADLER, Thiago David. Do passado ao ultrapassado: transformações nas leituras da História Natural de Plínio, o Velho. In: STADLER, Thiago David (Org.). *Escritos de filosofia e política*. Curitiba: CRV, 2014a. p. 157-184.

_____. Poder e conhecimento em Plínio, o Velho. *Espaço Plural*, Ano XV, n. 30, p. 30-47, 2014b.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis: Vozes, 2010.